



A IMPORTÂNCIA DA ATENÇÃO PRIMÁRIA À SAÚDE (APS) NA PROMOÇÃO DA SAÚDE COLETIVA

 <https://doi.org/10.56238/levv15n42-044>

Data de submissão: 14/10/2024

Data de publicação: 14/11/2024

Andressa de Oliveira Rodrigues

Graduanda em Medicina
Universidade de Rio Verde (UniRV) campus à Goiânia
E-mail: andressa.deoliveirah@gmail.com

Jakellyne Barros Santos

Medicina
Unitpac
E-mail:barrossantosjakellyne@gmail.com

Fares Jose Lima de Morais

Professor do Curso de Medicina da Universidade Federal do Delta do Parnaíba
Universidade Federal do Delta do Parnaíba
Parnaíba, Brasil

Lorena Maria Barros Brito Batista

Professora do Curso de Medicina da Universidade Federal do Piauí
Universidade Federal do Piauí
Piauí, Brasil

Pedro Vitor Lopes Costa

Professor do Departamento Materno Infantil do Centro de Ciências da Saúde Universidade Federal do Piauí
Universidade Federal do Piauí
Piauí, Brasil

Karine Lima de Sousa

MEAC (Maternidade Escola Assis Chateaubriand - Ebserh)
E-mail: karineenfa.lima@outlook.com

Alexandre Maslinkiewicz

Especialização em Vigilância e Cuidado em Saúde no Enfrentamento da Covid-19 e de Outras Doenças Virais
UFPI - Universidade Federal do Piauí
Universidade Federal do Piauí - UFPI, Campus Universitário Ministro Petrônio Portella
E-mail: alexmaslin@ufpi.edu.br

Paulo César Mendes

Mestre
Unimontes
Montes Claros, MG



E-mail: paulocesarmndes@gmail.com

Cynthia Ranniell Oliveira Nocrato

Especialista

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira

E-mail: cynthianocrato@gmail.com

Neila Maria Ewerton Moreira

Graduanda em Enfermagem

Universidade do Estado do Pará

E-mail: neilamoreira10@gmail.com

Kery Allyne de França Melo

Faculdade Oswaldo Cruz- FOC

E-mail: kerymeloenf@gmail.com

Pedro Henrique Moura Teixeira

Bacharel em Medicina na Universidade Federal do Rio de Janeiro

Residência em Dermatologia na Universidade Estadual do Rio de Janeiro

E-mail: pedromoura.sl@hotmail.com

Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-9621-514X>

RESUMO

A pesquisa teve como objetivo analisar a importância da Atenção Primária à Saúde (APS) na promoção da saúde coletiva no Brasil, destacando suas contribuições, desafios e potencialidades dentro do contexto do Sistema Único de Saúde (SUS). A metodologia utilizada foi uma pesquisa bibliográfica, que envolveu a revisão de artigos, livros e documentos oficiais sobre a APS e a saúde coletiva. Os resultados apontaram que a APS, ao priorizar a prevenção, a promoção da saúde e o acesso universal e equitativo aos cuidados, desempenha um papel crucial na melhoria das condições de saúde da população, especialmente das mais vulneráveis. Além disso, a APS contribui para a redução das desigualdades sociais e para a integração do cuidado entre os diferentes níveis do SUS. No entanto, a pesquisa também revelou desafios significativos, como a falta de recursos, a desigualdade regional no acesso aos serviços e a escassez de profissionais em algumas áreas, que ainda limitam a eficácia da APS em algumas regiões do país. A conclusão indicou que, embora haja obstáculos a serem superados, a APS tem um enorme potencial para transformar o modelo de saúde, promovendo um sistema mais justo e eficiente, especialmente quando há investimentos adequados, capacitação contínua dos profissionais e fortalecimento das políticas de saúde coletiva. A pesquisa reforça a importância de continuar aprimorando a APS para alcançar um sistema de saúde mais inclusivo e equânime.

Palavras-chave: Atenção Primária à Saúde (APS). Saúde Coletiva. SUS.

1 INTRODUÇÃO

A Atenção Primária à Saúde (APS) tem sido reconhecida mundialmente como um dos pilares fundamentais para a construção de sistemas de saúde eficientes e equitativos. Ela representa o primeiro nível de contato do indivíduo com o sistema de saúde, oferecendo uma abordagem integral, contínua e acessível. A APS é um modelo de cuidado que não se limita ao tratamento de doenças, mas também engloba ações preventivas, de promoção da saúde e de reabilitação. Sua prática envolve uma visão holística do paciente, levando em consideração os determinantes sociais da saúde e as necessidades de cada comunidade, o que a torna uma ferramenta essencial para a promoção de saúde coletiva (Araújo et al., 2023).

No Brasil, a APS tem ganhado uma importância ainda maior, especialmente com a implementação do Sistema Único de Saúde (SUS), que busca garantir acesso universal, integral e equitativo à saúde para toda a população. O SUS é baseado nos princípios de universalidade, equidade e integralidade, e a APS é o modelo que melhor representa esses princípios no contexto da atenção à saúde. A Estratégia Saúde da Família (ESF), por exemplo, tem sido uma das principais estratégias adotadas para promover a APS, com equipes multiprofissionais que atuam diretamente nas comunidades, oferecendo cuidados de saúde próximos às pessoas e às suas necessidades. A promoção da saúde coletiva, portanto, se insere no contexto da APS como uma das suas principais missões (Brito et al., 2022).

O conceito de saúde coletiva vai além do cuidado individual, considerando as condições de vida, o ambiente social, a cultura e as políticas públicas que influenciam o bem-estar da população. Dessa forma, a APS é uma estratégia que contribui diretamente para a redução das desigualdades em saúde, uma vez que foca na prevenção, educação em saúde e no tratamento das doenças de forma equitativa, priorizando as populações mais vulneráveis e expostas a riscos socioeconômicos (Maziero et al., 2020).

A prática da APS se caracteriza por uma atuação resolutiva em muitos casos, proporcionando cuidados contínuos, o que facilita o acompanhamento das condições de saúde e a detecção precoce de problemas. Ela também promove a coordenação do cuidado, quando necessário, encaminhando os pacientes para níveis mais especializados do sistema de saúde, mas sempre com o acompanhamento do profissional de saúde primário. Esse modelo de atenção visa evitar a sobrecarga dos serviços de urgência e emergência, promovendo o uso adequado dos recursos de saúde e otimizando o atendimento (Santos et al., 2023).

Além disso, a APS é uma estratégia fundamental para a integração entre diferentes áreas da saúde e setores da sociedade, como educação, saneamento, trabalho e segurança alimentar. Ao adotar uma abordagem interdisciplinar e intersetorial, a APS permite que as políticas públicas sejam mais eficazes, abordando de maneira ampla e integrada as questões de saúde da população. Esse caráter

interligado é uma das chaves para o sucesso da APS na promoção de uma saúde coletiva que seja sustentável e impacte positivamente a qualidade de vida das pessoas (Barros et al., 2021).

No entanto, apesar de sua importância, a Atenção Primária à Saúde ainda enfrenta desafios significativos, como a falta de investimentos adequados, a escassez de profissionais qualificados em determinadas regiões e a dificuldade de articulação entre os diferentes níveis de atenção à saúde. A ampliação da cobertura da APS, bem como a melhoria na qualidade do atendimento, são questões centrais para garantir que esse modelo de cuidado seja eficaz na promoção de saúde coletiva. Além disso, é necessário superar barreiras culturais e estruturais para que a APS atenda plenamente às necessidades das populações mais vulneráveis (Gatti-Reis; Paiva, 2023).

Diante desse contexto, o objetivo desta pesquisa foi analisar a importância da Atenção Primária à Saúde (APS) na promoção da saúde coletiva, explorando como essa estratégia pode ser otimizada para alcançar melhores resultados em termos de prevenção de doenças, redução de desigualdades em saúde e melhoria da qualidade de vida das populações. A pesquisa busca identificar os desafios e as potencialidades da APS, bem como as melhores práticas e experiências que podem servir de modelo para políticas públicas mais eficazes no Brasil e em outros contextos.

Quanto à metodologia, foi realizada uma pesquisa bibliográfica, com base em estudos acadêmicos, artigos científicos e relatórios de organizações internacionais, a fim de compreender de forma aprofundada as práticas e os impactos da APS na saúde coletiva. A pesquisa também incluiu a análise de documentos governamentais e de políticas públicas voltadas para a saúde, permitindo uma visão sobre a atuação da APS no contexto brasileiro e sua contribuição para o sistema de saúde.

A relevância desta pesquisa reside na sua contribuição para o entendimento de como a Atenção Primária à Saúde pode ser aprimorada e expandida para promover uma saúde mais equitativa e acessível a todos. A pesquisa oferece subsídios para a formulação de políticas públicas e práticas de saúde mais eficazes, além de fortalecer o debate sobre o papel da APS na melhoria das condições de saúde da população, especialmente das mais vulneráveis. Esse conhecimento pode auxiliar gestores de saúde, profissionais da área e formuladores de políticas públicas a tomar decisões mais informadas e adequadas à realidade brasileira, com impacto positivo na saúde coletiva.

2 DESENVOLVIMENTO

2.1 SAÚDE COLETIVA

A saúde coletiva é um campo interdisciplinar de estudos e práticas que se dedica a compreender e promover as condições de saúde das populações a partir de uma visão ampla, que vai além do cuidado individual e se foca nas questões sociais, econômicas, culturais e ambientais que influenciam o bem-estar de grupos e comunidades. Ao contrário da medicina tradicional, que se concentra na cura das doenças de um paciente, a saúde coletiva adota uma abordagem de saúde pública que visa à prevenção,

à promoção de hábitos saudáveis e à redução das desigualdades no acesso aos serviços de saúde (Santos et al., 2023).

O conceito de saúde coletiva surgiu na década de 1970, inspirado em movimentos sociais e no reconhecimento de que a saúde não pode ser dissociada dos determinantes sociais e estruturais. Ao longo do tempo, esse conceito foi se consolidando como uma disciplina acadêmica, incorporando conhecimentos de várias áreas, como medicina, epidemiologia, sociologia, economia, psicologia e políticas públicas. O objetivo central da saúde coletiva é a construção de um sistema de saúde mais justo e equitativo, onde a saúde das populações seja vista como resultado de uma combinação de fatores individuais, coletivos e contextuais (Araújo et al., 2023).

Uma das premissas centrais da saúde coletiva é a determinante social da saúde, que postula que a saúde não é apenas o reflexo do comportamento e das escolhas individuais, mas é fortemente influenciada por condições sociais, econômicas e políticas. Fatores como renda, educação, condições de moradia, acesso a serviços de saúde, saneamento básico, condições de trabalho, segurança alimentar e redes de apoio social desempenham papéis determinantes na saúde das populações. Dessa forma, a saúde coletiva busca não apenas tratar doenças, mas também transformar as condições que favorecem o surgimento de agravos à saúde (Maziero et al., 2020).

Além disso, a saúde coletiva também se preocupa com a equidade no acesso à saúde, ou seja, com a eliminação das disparidades que existem entre diferentes grupos populacionais, especialmente aqueles em situação de vulnerabilidade social, como a população de baixa renda, moradores de periferias urbanas, povos indígenas e negros. O objetivo é garantir que todos tenham acesso aos mesmos direitos e serviços de saúde, independentemente de sua condição social, econômica ou geográfica. Para isso, a saúde coletiva defende uma política pública de saúde que considere essas desigualdades e busque estratégias para enfrentá-las (Santos et al., 2023).

No contexto da saúde coletiva, a participação social é outro conceito essencial. A gestão da saúde não pode ser feita apenas pelos profissionais da área, mas deve envolver ativamente a população. A ideia é que as pessoas, como cidadãos e usuários do sistema de saúde, possam opinar, sugerir e participar da formulação de políticas que afetem suas comunidades. Isso inclui a promoção de um sistema de saúde descentralizado, em que as decisões sejam tomadas de forma mais próxima da realidade local, levando em consideração as necessidades e especificidades de cada grupo populacional (Barros et al., 2021).

Outro aspecto relevante da saúde coletiva é a promoção da saúde. Em vez de simplesmente tratar as doenças, a saúde coletiva visa criar condições para que as populações possam alcançar um estado de saúde melhor. Isso envolve ações como campanhas de prevenção, a educação em saúde, o estímulo a estilos de vida saudáveis e o fortalecimento de políticas públicas que melhorem as condições de vida. A promoção da saúde também implica em lidar com questões estruturais, como a garantia de

água potável, saneamento básico, habitação adequada e acesso a alimentos saudáveis (Gatti-Reis; Paiva, 2023).

A intersetorialidade é outro conceito chave na saúde coletiva, que se refere à colaboração entre diferentes setores da sociedade para promover a saúde. Isso significa que a saúde não pode ser tratada apenas dentro dos limites do sistema de saúde, mas deve envolver uma ação conjunta entre diversas áreas, como educação, assistência social, segurança, transporte, urbanismo e meio ambiente. Por exemplo, políticas de transporte público acessível e de qualidade podem ter um impacto significativo na saúde, ao facilitar o acesso das pessoas aos serviços de saúde e promover a atividade física. A saúde coletiva também tem como foco o enfrentamento das epidemias e emergências sanitárias, o que inclui o monitoramento constante da saúde das populações, o planejamento de respostas rápidas a surtos de doenças e a implementação de estratégias de controle e prevenção (Santos et al., 2023).

Nesse sentido, a saúde coletiva se vincula à vigilância em saúde, com a coleta de dados e a análise de indicadores de saúde que ajudam a identificar tendências e riscos à saúde pública. A prática da saúde coletiva, portanto, busca construir um sistema de saúde mais amplo, que considere a saúde como um direito universal e um bem coletivo (Barros et al., 2021).

A saúde coletiva vê a saúde de forma integral, considerando que o bem-estar das pessoas não está apenas na ausência de doenças, mas também na qualidade das condições de vida, nas relações sociais e no respeito aos direitos humanos. Por isso, a saúde coletiva se apresenta como uma abordagem indispensável para a construção de sociedades mais justas, saudáveis e resilientes. Ela é, portanto, não apenas uma área de estudo, mas uma prática de transformação social, que visa criar condições para que todos possam viver de maneira plena e saudável, independentemente de suas condições sociais ou econômicas (Maziero et al., 2020).

2.2 ATENÇÃO PRIMÁRIA À SAÚDE (APS): PANORAMA HISTÓRICO E O FUNCIONAMENTO NO BRASIL

A Atenção Primária à Saúde (APS) é um dos componentes centrais dos sistemas de saúde em diversos países, sendo especialmente relevante no contexto do Sistema Único de Saúde (SUS) no Brasil. Ela tem como objetivo oferecer cuidados básicos e contínuos à população, tratando-se de uma abordagem que visa a prevenção de doenças, a promoção da saúde e o acompanhamento contínuo das condições de saúde de indivíduos e comunidades. A APS busca garantir o acesso universal, integral e equânime aos serviços de saúde, focando na abordagem mais próxima da realidade e das necessidades locais (Araújo et al., 2023).

O conceito de Atenção Primária à Saúde ganhou destaque a partir da Declaração de Alma-Ata, em 1978, durante a Conferência Internacional sobre Cuidados Primários de Saúde organizada pela Organização Mundial da Saúde (OMS). Essa conferência, realizada no Cazaquistão, estabeleceu a APS

como uma estratégia para a promoção da saúde, com o objetivo de alcançar "Saúde para Todos". A partir dessa declaração, a APS passou a ser considerada um modelo eficaz e necessário para garantir a cobertura universal de saúde, especialmente em países em desenvolvimento, que enfrentavam grandes desigualdades no acesso aos cuidados médicos (Figueredo; Matos, 2022; Gama et al., 2021).

O modelo defendido pela Declaração de Alma-Ata enfatizava que a atenção primária deveria ser acessível, socialmente aceitável, abrangente e centrada nas necessidades básicas da população. A partir desse marco, a APS passou a ser vista como uma solução estratégica para enfrentar os desafios da saúde pública global, como a alta carga de doenças infecciosas, a falta de acesso a serviços médicos adequados e a desigualdade no acesso aos cuidados de saúde (Santos et al., 2023).

No Brasil, a ideia de uma atenção à saúde mais próxima da população já estava presente nas primeiras décadas do século XX, com iniciativas de saúde pública voltadas para a vigilância sanitária e o controle de epidemias, mas foi somente com a Constituição de 1988 e a criação do Sistema Único de Saúde (SUS) que a Atenção Primária à Saúde começou a ganhar força como um modelo central para a organização do sistema de saúde brasileiro. A Constituição Federal de 1988 garantiu o direito à saúde como direito universal, e o SUS, criado em 1990, consolidou a APS como um dos pilares fundamentais para a organização do sistema de saúde, com o objetivo de oferecer cuidados básicos e acessíveis para toda a população (Maziero et al., 2020).

No Brasil, a Atenção Primária à Saúde está estruturada para atuar como o ponto de entrada da maioria dos usuários no SUS, representando o primeiro nível de atendimento e a principal forma de organização dos cuidados. A APS se concentra em ações de prevenção, promoção de saúde e atenção às doenças mais comuns, buscando resolver a maioria das questões de saúde de forma resolutiva e de baixo custo, evitando que os pacientes precisem recorrer a serviços de maior complexidade (Guedes; Silva, 2023; Lima; Domingues Junior; Gomes, 2023; Lima; Domingues Junior; Silva, 2024; Lima; Silva; Domingues Júnior, 2024).

A estratégia de Saúde da Família (ESF), criada nos anos 1990, é um dos principais programas dentro da APS e tem sido fundamental na organização da atenção primária no país. A ESF organiza as equipes de saúde em unidades de saúde da família, compostas por médicos, enfermeiros, técnicos de enfermagem e agentes comunitários de saúde, que trabalham de forma integrada, atuando não apenas no atendimento clínico, mas também na promoção de ações de educação em saúde e na identificação de problemas de saúde da comunidade. Os agentes comunitários de saúde, por exemplo, desempenham um papel crucial no vínculo com a comunidade, realizando visitas domiciliares e identificando riscos para a saúde no ambiente familiar (Santos et al., 2023).

As Unidades Básicas de Saúde (UBS) são as principais instalações que oferecem os serviços de APS no Brasil. Elas são responsáveis por realizar consultas médicas, atendimentos de enfermagem, vacinação, controle de doenças crônicas, cuidados materno-infantis, entre outros serviços. As UBS

também são responsáveis por organizar ações de promoção e prevenção de doenças, como campanhas de vacinação, controle de epidemias e doenças endêmicas, e ações de educação em saúde nas comunidades (Maziero et al., 2020).

A APS no Brasil é, portanto, universal e integral, buscando atender a todas as pessoas de forma contínua e com base nas necessidades de saúde da população. A ideia é que, ao proporcionar cuidados contínuos e acessíveis, a APS ajude a resolver as questões de saúde da população antes que elas se tornem problemas graves, evitando a sobrecarga dos serviços de urgência e hospitais. A APS também tem um papel importante na coordenação do cuidado, ou seja, ela atua como a centralizadora do processo de saúde do paciente, encaminhando-o para outros níveis de atenção quando necessário, como serviços de média e alta complexidade (Maziero et al., 2020).

No entanto, apesar dos avanços, o funcionamento da APS no Brasil ainda enfrenta desafios significativos. A falta de recursos financeiros, a carência de profissionais em algumas regiões, a inequidade no acesso aos serviços e as dificuldades logísticas são obstáculos que comprometem a plena implementação e o acesso universal a essa modalidade de cuidado. As disparidades regionais, por exemplo, ainda são um problema sério, com algumas regiões, especialmente as mais afastadas e carentes, enfrentando dificuldade para garantir serviços adequados de saúde básica à população (Barros et al., 2021).

A implementação da APS no Brasil tem avançado significativamente desde sua criação, com a expansão das equipes de saúde da família e a cobertura de novas áreas. O modelo de saúde familiar, com foco na proximidade e no vínculo entre os profissionais de saúde e as comunidades, tem mostrado ser um modelo eficaz para a redução de agravos e para a melhoria do acesso à saúde, principalmente entre as populações mais vulneráveis (Santos et al., 2023).

Entretanto, ainda existem desafios a serem enfrentados, como a necessidade de maior capacitação dos profissionais de saúde, a ampliação da infraestrutura das UBS, e a melhoria da qualidade do atendimento oferecido. A integração da APS com outros níveis de atenção também precisa ser mais efetiva para garantir uma continuidade no cuidado, especialmente para pacientes com doenças crônicas ou necessidades complexas que demandam cuidados especializados.

2.3 A IMPORTÂNCIA DA ATENÇÃO PRIMÁRIA À SAÚDE (APS) NA PROMOÇÃO DA SAÚDE COLETIVA

A Atenção Primária à Saúde (APS) desempenha um papel central na promoção da saúde coletiva, sendo essencial para a construção de um sistema de saúde mais justo, equitativo e eficaz. Ao focar em ações de prevenção e promoção de saúde, a APS visa melhorar as condições de vida das populações, atendendo às suas necessidades de saúde de maneira contínua e integral. Esse modelo de cuidado vai além do atendimento individual, buscando trabalhar a saúde da coletividade, levando em

consideração os determinantes sociais que influenciam o bem-estar das pessoas (Maganhoto; Brandão; Aragão, 2022).

Dessa forma, a APS se alinha diretamente aos objetivos da saúde coletiva, pois, ao atuar na saúde da população como um todo, promove a equidade no acesso aos serviços de saúde e busca reduzir as desigualdades sociais, um dos grandes desafios enfrentados pelos sistemas de saúde. A saúde coletiva compreende que a saúde não se resume à ausência de doenças, mas é um reflexo de uma série de fatores sociais, econômicos, culturais e ambientais. Nesse contexto, a APS se destaca por sua abordagem que visa transformar as condições de vida da população (Maziero et al., 2020).

Ao proporcionar cuidados médicos próximos da realidade da comunidade, a APS consegue atuar de forma mais eficaz na promoção da saúde e na prevenção de doenças. As ações realizadas nas Unidades Básicas de Saúde (UBS) e pelas equipes da Estratégia Saúde da Família (ESF) incluem desde o acompanhamento de doenças crônicas, como hipertensão e diabetes, até programas de vacinação e campanhas educativas sobre hábitos saudáveis, como alimentação equilibrada e a prática de atividades físicas. Essas ações não apenas melhoram a saúde individual, mas também contribuem para o bem-estar coletivo, reduzindo a carga de doenças que impactam toda a comunidade (Santos et al., 2023).

A APS também é fundamental para garantir acesso equitativo à saúde, especialmente para as populações em situação de vulnerabilidade. No Brasil, onde a desigualdade social ainda é um grande desafio, a Atenção Primária à Saúde tem um papel crucial na redução das disparidades regionais e socioeconômicas no acesso aos serviços de saúde (Araújo et al., 2023).

A estratégia de ampliar o atendimento básico por meio das UBS e da ESF busca assegurar que todos os cidadãos, independentemente de sua localização geográfica ou condição econômica, tenham acesso a cuidados de saúde de qualidade. A presença de agentes comunitários de saúde, que atuam diretamente nas residências das pessoas, fortalece esse modelo, pois eles conhecem o contexto social das famílias e podem identificar, de forma mais eficaz, as necessidades de saúde locais. Isso facilita a promoção de cuidados mais personalizados e adaptados à realidade das populações mais carentes (Maziero et al., 2020).

Outro aspecto essencial da APS na saúde coletiva é a integração do cuidado. A APS não se limita a tratar doenças, mas atua de maneira contínua e abrangente, proporcionando uma abordagem integral da saúde do indivíduo e da comunidade. Isso inclui não apenas o atendimento médico, mas também a atenção às condições de vida, como a educação em saúde, o acesso a alimentos saudáveis, o saneamento básico e a qualidade da moradia. Essa abordagem holística e contínua ajuda a prevenir o agravamento de doenças e a reduzir a necessidade de tratamentos de maior complexidade, aliviando a sobrecarga do sistema de saúde e tornando-o mais eficiente e sustentável (Barros et al., 2021).

A participação social é outro princípio fundamental da APS e está diretamente ligada à promoção da saúde coletiva. O modelo de atenção primária no Brasil tem como um de seus pilares a

democratização da saúde, o que implica a inclusão ativa da população nas decisões sobre políticas e ações de saúde. A presença de mecanismos de controle social e a realização de atividades educativas e informativas nas comunidades permitem que as pessoas se tornem protagonistas da sua própria saúde. Essa participação é crucial para que as políticas de saúde atendam efetivamente às necessidades da população, especialmente em contextos de desigualdade social e falta de recursos (Santos et al., 2023).

Além disso, o vínculo constante entre os profissionais de saúde e as comunidades, característico da APS, fortalece a percepção de que a saúde é um direito de todos e deve ser garantida de forma equânime para toda a coletividade. A educação em saúde é um dos principais instrumentos usados pela APS para promover a saúde coletiva. Por meio de campanhas educativas, palestras e orientações nas UBS e durante as visitas domiciliares dos agentes comunitários de saúde, a população é capacitada para adotar comportamentos saudáveis, como a prática de exercícios físicos, a alimentação balanceada e a prevenção de doenças. Essas ações educativas têm um impacto significativo na redução de doenças crônicas não transmissíveis, como diabetes, hipertensão e obesidade, e também nas doenças transmissíveis, como as doenças respiratórias e as infecciosas (Brito et al., 2022).

Ao transformar o comportamento das pessoas, a APS contribui para a construção de uma cultura de saúde preventiva, que beneficia toda a comunidade. A coordenação e continuidade do cuidado são aspectos cruciais da APS para garantir que as necessidades de saúde da população sejam atendidas de forma integrada. A APS não só oferece cuidados diretos, mas também coordena o encaminhamento para outros níveis de atenção quando necessário, como hospitais e unidades de saúde especializadas. Essa articulação permite que o sistema de saúde funcione de maneira mais eficiente e que o paciente tenha acesso a cuidados especializados quando sua condição exigir, sem perder o vínculo com o atendimento primário (Barros et al., 2021).

Em síntese, a Atenção Primária à Saúde é fundamental para a promoção da saúde coletiva, pois garante um acesso mais amplo, equitativo e de qualidade aos cuidados de saúde. Sua ênfase na prevenção, educação, participação social e cuidado integral coloca a APS no centro de um sistema de saúde mais justo e eficaz. Ao focar na saúde das comunidades, atendendo às suas necessidades de forma contínua e próxima, a APS se torna uma estratégia essencial para reduzir as desigualdades em saúde, melhorar a qualidade de vida da população e transformar as condições de saúde de toda a coletividade (Santos et al., 2023).

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Atenção Primária à Saúde (APS) desempenha um papel fundamental na promoção da saúde coletiva, sendo crucial para a organização e funcionamento de sistemas de saúde que buscam oferecer cuidados acessíveis, universais e eficazes. Ao longo da pesquisa, foi possível perceber que a APS, com seu foco na prevenção, promoção da saúde e acesso equitativo, não só contribui para a redução das

desigualdades sociais, mas também para a melhoria das condições de saúde das populações, especialmente as mais vulneráveis. Esse modelo de atenção, que coloca o usuário no centro do cuidado e prioriza o vínculo contínuo com a comunidade, se alinha diretamente com os princípios da saúde coletiva, que visam à construção de uma sociedade mais justa e saudável.

A análise do panorama histórico da APS, com sua implementação no Brasil a partir da criação do Sistema Único de Saúde (SUS), mostrou como o país tem avançado na ampliação do acesso à saúde básica, principalmente por meio da Estratégia Saúde da Família (ESF). O modelo brasileiro, que visa integrar e coordenar o cuidado da saúde da população, demonstra os benefícios de um sistema que privilegia a saúde preventiva e a promoção do bem-estar coletivo. A APS não se limita ao atendimento médico, mas também se preocupa com os determinantes sociais da saúde, como a educação, o saneamento e a alimentação, sendo essencial para a construção de uma saúde pública que seja mais do que a soma de consultas e tratamentos, mas uma abordagem integral do ser humano.

Entretanto, também foi possível identificar que, apesar dos avanços, ainda existem desafios significativos na implementação plena da APS, como a desigualdade regional no acesso aos serviços, a escassez de profissionais de saúde em algumas áreas e a limitação de recursos para expandir e melhorar a infraestrutura das Unidades Básicas de Saúde (UBS). Essas questões, somadas a problemas de gestão e capacitação de profissionais, ainda comprometem a qualidade e a cobertura do atendimento, especialmente em áreas rurais e periféricas. A falta de investimentos contínuos e a sobrecarga do sistema de saúde, agravada pela crescente demanda, são obstáculos que precisam ser superados para garantir a efetividade da APS.

No entanto, a pesquisa também destacou que a APS tem um enorme potencial de transformação. Quando bem implementada, ela é capaz de revolucionar o modelo de saúde, promovendo uma abordagem mais humanizada, eficiente e resolutiva. A integração da saúde com outras políticas públicas, como educação e assistência social, a participação social nas decisões de saúde e a educação em saúde têm mostrado efeitos positivos em várias comunidades, promovendo a saúde de maneira sustentável e prolongada.

Através de uma revisão bibliográfica e da análise das políticas públicas e estratégias implementadas no país, ficou claro que a APS, com sua abordagem integral e de proximidade com a comunidade, tem o poder de promover um modelo de saúde mais inclusivo, resolutivo e sustentável. Sua capacidade de interagir com as demandas sociais, de prevenir doenças e de cuidar de forma contínua coloca-a no centro das discussões sobre o futuro da saúde pública no Brasil.

Em termos de relevância, essa pesquisa é de extrema importância para a compreensão do papel da APS não apenas como um modelo de atenção à saúde, mas como uma estratégia essencial para a construção de um sistema de saúde mais justo e equânime. Além disso, a pesquisa contribui para o debate sobre as possíveis soluções para os desafios estruturais e organizacionais que ainda limitam a



efetividade da APS, fornecendo subsídios para o aprimoramento contínuo desse modelo de cuidado. Em última análise, a promoção da saúde coletiva por meio da APS é uma questão não apenas de saúde, mas de justiça social, sendo um dos maiores desafios e, ao mesmo tempo, uma das maiores oportunidades para o Brasil alcançar um sistema de saúde mais igualitário e eficiente.



REFERÊNCIAS

- ARAÚJO, K. M. de B. et al. Impactos das Ações de Liderança entre a Equipe Multiprofissional no Âmbito da Atenção Básica de Saúde. *Brazilian Journal of Implantology and Health Sciences*, [S. l.], v. 5, n. 4, p. 699–712, 2023.
- BARROS, D. F. de. et al. Leadership of Nurses in Primary Health Care: An integrative review. *Research, Society and Development*, [S. l.], v. 10, n. 1, p. e26110110099, 2021.
- BRITO, J. D. Q. et al. Percepção de enfermeiros sobre as práticas colaborativas interprofissionais na atenção básica em Palmas (TO). *Saúde e Pesquisa*, v. 15, n. 4, ed. 10737. 2022.
- GATTI-REIS, L.; PAIVA, S. M. Iniquidade de gênero e atenção à saúde no Brasil: em busca de equidade, diversidade e liderança. *Rev. APS*, 2023.
- FIGUEREDO, R. C.; MATOS, M. A. Liderança do enfermeiro na Estratégia Saúde da Família: algumas características, percepções e sentimentos. *REVISTA CEREUS*, v. 14, n. 3, p. 150-167, 19 out. 2022.
- GAMA, C. A. P. et al. Os profissionais da Atenção Primária à Saúde diante das demandas de Saúde Mental: perspectivas e desafios. *Revista Interfaces*, 2021.
- GUEDES, T. A.; SILVA, F. S. GESTÃO DE SAÚDE PÚBLICA NO BRASIL À LUZ DA TEORIA DA BUROCRACIA: ESCASSEZ DE MÉDICOS ESPECIALISTAS E DESIGUALDADE REGIONAL DE ACESSO. *Boletim de Conjuntura (BOCA)*, Boa Vista, v. 13, n. 37, p. 111–129, 2023
- LIMA, L. A. O.; DOMINGUES JUNIOR, GOMES, O. V. O. Saúde mental e esgotamento profissional: um estudo qualitativo sobre os fatores associados à síndrome de burnout entre profissionais da saúde. *Boletim de Conjuntura Boca*, 2023. <https://doi.org/10.5281/zenodo.10198981>
- LIMA, L. A. O.; DOMINGUES JUNIOR, P. L. ; SILVA, L. L. . ESTRESSE OCUPACIONAL EM PERÍODO PANDÊMICO E AS RELAÇÕES EXISTENTES COM OS ACIDENTES LABORAIS: ESTUDO DE CASO EM UMA INDÚSTRIA ALIMENTÍCIA. *RGO. REVISTA GESTÃO ORGANIZACIONAL (ONLINE)*, v. 17, p. 34-47, 2024. <https://doi.org/10.22277/rgo.v17i1.7484>
- LIMA, L. A. O; SILVA, L. L.; DOMINGUES JÚNIOR, P. L. Qualidade de Vida no Trabalho segundo as percepções dos funcionários públicos de uma Unidade Básica de Saúde (UBS). *REVISTA DE CARREIRAS E PESSOAS*, v. 14, p. 346-359, 2024. <https://doi.org/10.23925/recape.v14i2.60020>
- MAGANHOTO, A. M. S.; BRANDÃO. T. P.; ARAGÃO. Qualidade de vida no trabalho de profissionais da atenção básica. *Rev. enferm. UFPE*, 2022.
- MAZIERO, V. G. et al. Aspectos positivos da liderança autêntica no trabalho do enfermeiro: revisão integrativa. *Rev Bras Enferm.*, 2020.
- SANTOS, L. C. et al. Liderança e comportamento empoderador: compreensões de enfermeiros-gerentes na Atenção Primária à Saúde. *Acta Paul Enferm.*, 2023.